

**RtPaut no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.491.674 - RS
(2019/0114910-3)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
REQUERENTE : TEREZINHA DE LOURDES MELLO DA SILVA
ADVOGADOS : HUMBERTO LODI CHAVES - RS063524
TIAGO ALEXANDRE BELTRAME - RS066196
REQUERIDO : OLINDA POSSAPP D'AVILA - ESPÓLIO
REPR. POR : ANTONIO AUGUSTO D AVILA - INVENTARIANTE
ADVOGADO : MOACIR DONATO ROSA DE OLIVEIRA - RS016139

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de pedido de retirada do presente processo da pauta virtual "em razão da relevância da questão jurídica apresentada e do valor envolvido no processo".

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Com efeito, destaca-se que a oposição ao julgamento virtual está prevista no art. 184-D, inciso II, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes termos:

***Art. 184-D.** O relator no julgamento virtual incluirá os dados do processo na plataforma eletrônica do STJ com a indicação do Órgão Julgador, acompanhados do relatório e do voto do processo.*

***Parágrafo único.** A pauta será publicada no Diário da Justiça eletrônico cinco dias úteis antes do início da sessão de julgamento virtual, prazo no qual:*

I - é facultado aos integrantes do Órgão Julgador expressar a não concordância com o julgamento virtual;

*II - as partes, por meio de advogado devidamente constituído, bem como o Ministério Público e os defensores públicos poderão apresentar memoriais e, **de forma fundamentada**, manifestar oposição ao julgamento virtual ou solicitar sustentação oral, observado o disposto no art. 159.*

No caso concreto, há uma simples oposição ao julgamento virtual, sem fundamentação para tanto, o que impõe o indeferimento do pedido.

Importante considerar, ainda, que o presente procedimento vem em

Superior Tribunal de Justiça

benefício das partes, pois o processo, em sua integralidade, assim como o voto do relator, remanescem sob o exame dos demais componentes do órgão colegiado por um lapso de 7 dias, período muito superior àquele dos julgamentos presenciais.

Ante o exposto, indefiro o pedido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator